

GABARITO – PROVA BRANCA

QUESTÕES	ALTERNATIVA			
01	A			
02		B		
03				D
04				D
05			C	
06				D
07	A			
08			C	
09		B	anulada	
10	A			
11			C	
12			C	
13				D
14		B		
15				D
16	A			
17	A			
18	anulada			D
19	anulada			D
20		B		
21			C	
22				D
23				D
24				D
25		B		
26	anulada		€	
27		B		
28	A			
29		B		
30			C	

QUESTÕES ANULADAS:

26 (PROVA BRANCA) → Questão relativa ao recebimento, pela Secretaria, de documentos físicos ou provas e em arquivos de vídeo ou áudio. Não obstante a literalidade da redação do artigo 172 c/c art. 171 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, segundo a qual a Secretaria poderá, “a critério do Juiz”, arquivar os documentos / vídeos, é possível que a entrega vídeo ocorra logo após a interposição de Petição Inicial, fato que induziria em erro e acarreta a anulação da questão.

19 (PROVA BRANCA) → Em que pese o teor do artigo 68 do Código de Normas, cujo rol realmente não incluiu a realização de busca e apreensão como uma das hipóteses em que o Cartório Distribuidor deva ser comunicado, a referida diligência pode resultar na apreensão de bem a ser levado ao Depositário Público, competência afeta ao Distribuidor, caso em que haveria comunicação a este Cartório. Nesse diapasão, o candidato poderia ser induzido a erro, motivo pelo qual a questão deverá ser anulada.

09 (PROVA BRANCA) → No que concerne ao prazo de validade de procuração, constituída “há muitos anos” e sem previsão de prazo no instrumento, “o mandato extrajudicial é válido e não será extinto pelo

decurso de qualquer prazo”. Contudo, a afirmação de que o mandato será válido não é absoluta, haja vista que uma procuração pode perder a validade por vários motivos, mesmo que ainda esteja dentro do prazo ou que não tenha prazo de vigência. Tornar-se-á inválida pelos motivos elencados no artigo 683 do Código Civil: pela revogação pelo outorgante ou renúncia pelo outorgado; pela morte ou interdição de uma das partes; pela mudança de estado que inabilite o mandante a conferir os poderes; pelo término do prazo ou pela conclusão do negócio. Ao mencionar que a procuração havia sido constituída há muitos anos, qualquer das hipóteses elencadas poderia tornar o mandato inválido, motivo pelo qual a questão deve ser anulada.

18 (PROVA BRANCA) → Relativamente às Correções e Inspeções, a assertiva incorreta consistiu na alternativa “D”, que dispôs sobre a hipótese de dispensa da inspeção judicial no caso de realizada a Correção Ordinária em determinado período, conforme art. 38 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça. A alternativa “A”, contudo, induziu a erro com a seguinte redação: “A função correicional será exercida por meio de Correções Ordinárias ou Extraordinárias, presenciais ou virtuais, consistindo a primeira na fiscalização normal, previamente anunciada (...)”. Considerando que “a primeira” poderia se tratar da Correção presencial (e não a Ordinária), a redação da alternativa induziu em erro o candidato, que poderia marcar a questão como errada e deixar de analisar com a devida atenção as demais alternativas, motivo pelo qual a questão deve ser anulada.